

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS

2017





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

PRESIDENTE

Francisco Paulo Soares Lopes

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

José Orlando Ribeiro Cardoso

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Antônio Bacelar Ferreira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Omar Ney Nogueira Moraes

EQUIPE TÉCNICA

Aleida Vilalva Conde

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Denise Aparecida Benedito Brandão

Edenilda Soarez da Silva

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

João Alberto Teixeira Diniz Júnior

Josbete Monsuethi Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Keila Vieira Rabelo

Leonardo de Sousa Oliveira

Lissandra Holanda Bonfim

Marleide Honório da Silva Barros

Roberson Coelho de Abrantes

Vanderlei Padilha de Almeida

Venússia de Paula Costa



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Sumário

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS.....	7
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	9
Balanço Orçamentário.....	14
Balanço Financeiro.....	15
2. INFORMAÇÕES GERAIS.....	16
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	29
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	33
Nota 01 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.....	33
Nota 02 - Baixa de Sdo. Grupo 11.341.02.00- Crédito por Dano ao Patr.Decisão TCU.....	34
Nota 03 - Imobilizado.....	35
Nota 04 - Passivo Circulante.....	38
Nota 05 – Passivo Não Circulante.....	41
Nota 06 - Receita da Folha de Benefícios.....	42
Nota 07 – Restos a Pagar.....	44



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
ISF 'F'	Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF 'P'	Indicador de Superávit Financeiro - Permanente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA	Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das despesas de EPU e LOAS.....	17
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS.....	18
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários.....	19
Tabela 4 - Valores Pagos por Objetivos dos Programas.....	21
Tabela 5 - Valores Pagos por ação do Governo.....	21
Tabela 6 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo.....	27
Tabela 7 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido.....	28
Tabela 8 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.....	33
Tabela 9 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição.....	34
Tabela 10 - Imobilizado – Composição.....	36
Tabela 11 - Bens Móveis - Composição.....	36
Tabela 12 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição.....	37
Tabela 13 - Passivo Circulante – Composição do INSS.....	38
Tabela 14 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	39
Tabela 15 - Fornecedores com ISF ‘F’.....	40
Tabela 16 - Fornecedores com ISF ‘P’	40
Tabela 17 - Passivo Não Circulante – Composição.....	41
Tabela 18 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 2017.....	43
Tabela 19 - Receita do Leilão – Por Código de Recolhimento – 2015 a 2017.....	43
Tabela 20 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar.....	45
Tabela 21 - Restos a Pagar Não Processados.....	45
Tabela 22 - Restos a Pagar Processados	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução de Receita da Folha de Benefícios – INSS – 2012 a 2017.....	44
---	----



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	5.605.121.201,78	4.984.294.473,35	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.605.121.201,78	4.984.294.473,35

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.043.013.390,26	947.231.865,80	PASSIVO FINANCEIRO	1.533.631.507,21	1.160.392.943,11
ATIVO PERMANENTE	4.562.107.811,52	4.037.062.607,55	PASSIVO PERMANENTE	49.179.125.541,65	44.341.320.252,84
SALDO PATRIMONIAL	45.107.635.847,08	40.517.418.722,60			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.460.003.531,19	376.599.787,53	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.559.251.230,06	1.756.498.852,57
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.460.003.531,19	376.599.787,53	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.559.251.230,06	1.756.498.852,57
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	206.166.060,69	206.737.187,05	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.223.322.089,63	139.393.115,80	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.505.382,67	1.734.724,00
Direitos Contratuais a Executar	30.515.380,87	30.469.484,68	Obrigações Contratuais a Executar	1.556.745.847,39	1.754.764.128,57
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.460.003.531,19	376.599.787,53	TOTAL	1.559.251.230,06	1.756.498.852,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.029.873.440,84
Recursos Vinculados	539.255.323,89
Educação	2.672,93
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-205.877.346,07
Operação de Crédito	-684.001,73
Alienação de Bens e Direitos	59.071,00
Previdência Social (RGPS)	34.291.193,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	713.690.035,97
Demais Recursos	-2.226.301,98
TOTAL	-490.618.116,95



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	624.298.222.566,51	593.745.601.596,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.035.802.647,44	849.096.242,84
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.035.802.647,44	849.096.242,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	57.383.516,80	61.320.844,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.613.735,15	9.627.679,46
Variações Monetárias e Cambiais	38.556.778,87	35.060.693,52
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	17.213.002,78	16.632.471,24
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	623.070.964.496,49	592.433.415.335,66
Transferências Intragovernamentais	623.041.960.789,21	592.421.864.501,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	29.003.707,28	11.550.834,60
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	36.639.750,07	224.320.931,61
Reavaliação de Ativos	30.608.119,87	57.703.509,40
Ganhos com Alienação	25.515,28	3.654,99
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.235.868,34	4.090.886,39
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.770.246,58	162.522.880,83
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	97.432.155,71	177.448.242,06
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	5.306,00
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	9.073,09	157.515,03
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	97.423.082,62	177.285.421,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	628.733.661.482,72	597.770.732.184,38
Pessoal e Encargos	6.413.168.067,88	6.106.413.105,07
Remuneração a Pessoal	5.196.400.621,81	4.934.820.521,98
Encargos Patronais	952.838.588,90	894.153.885,90
Benefícios a Pessoal	262.159.088,48	275.722.634,41
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.769.768,69	1.716.062,78
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	58.756.972.813,55	54.021.452.336,34
Aposentadorias e Reformas	3.958.656.547,13	3.811.677.247,34
Pensões	1.927.948.832,37	1.989.370.487,07
Benefícios de Prestação Continuada	52.856.999.286,18	48.209.005.035,48
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.368.147,87	11.399.566,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.813.112.086,64	1.642.015.431,81
Uso de Material de Consumo	38.083.826,98	32.460.283,39
Serviços	1.727.656.179,66	1.560.899.258,33
Depreciação, Amortização e Exaustão	47.372.080,00	48.655.890,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.369.931.040,82	5.389.394.533,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	997.549,66	2.055.416,37
Variações Monetárias e Cambiais	4.368.926.808,50	5.387.336.644,14
Descontos Financeiros Concedidos	6.682,66	2.473,12
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	557.107.154.652,33	529.996.392.755,06
Transferências Intragovernamentais	557.069.797.211,72	529.984.017.772,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	160.639,67	194.791,16
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	37.196.800,94	12.180.191,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	90.477.242,69	409.472.997,87
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.438.010,12	3.940.118,45
Perdas com Alienação	-	26.585,71
Perdas Involuntárias	581.068,96	1.005.701,30
Incorporação de Passivos	2.935,32	111.308.409,11
Desincorporação de Ativos	86.455.228,29	293.192.183,30



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	13.840.365,95	11.281.429,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.169.194,87	939.789,47
Contribuições	12.671.171,08	10.341.639,64
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	169.005.212,86	194.309.595,49
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	2.486,54
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	169.005.212,86	194.307.108,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.435.438.916,21	-4.025.130.587,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.550.293.685,00	1.550.293.685,00	1.089.191.180,39	-461.102.504,61
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	552.666.667,00	552.666.667,00	-	-552.666.667,00
Contribuições Sociais	552.666.667,00	552.666.667,00	-	-552.666.667,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	956.665.286,00	956.665.286,00	1.035.081.030,00	78.415.744,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	345.187,00	345.187,00	3.992.170,18	3.646.983,18
Valores Mobiliários	-	-	17.213.002,78	17.213.002,78
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	956.320.099,00	956.320.099,00	1.013.875.857,04	57.555.758,04
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	37.696.593,00	37.696.593,00	18.032.674,69	-19.663.918,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	37.696.593,00	37.696.593,00	18.032.674,69	-19.663.918,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	3.265.139,00	3.265.139,00	36.077.475,70	32.812.336,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.260.025,00	2.260.025,00	2.841.297,59	581.272,59
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	389.153,00	389.153,00	31.362.662,87	30.973.509,87
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	615.961,00	615.961,00	1.873.515,24	1.257.554,24
RECEITAS DE CAPITAL	387.073,00	387.073,00	30.900,00	-356.173,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	387.073,00	387.073,00	30.900,00	-356.173,00
Alienação de Bens Móveis	387.073,00	387.073,00	30.900,00	-356.173,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.550.680.758,00	1.550.680.758,00	1.089.222.080,39	-461.458.677,61
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.550.680.758,00	1.550.680.758,00	1.089.222.080,39	-461.458.677,61
DEFICIT			66.363.176.505,25	66.363.176.505,25
TOTAL	1.550.680.758,00	1.550.680.758,00	67.452.398.585,64	65.901.717.827,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	14.686.589.371,00	14.885.863.362,00	67.419.573.463,98	67.334.429.326,69	66.252.385.737,39	-52.533.710.101,98
Pessoal e Encargos Sociais	12.153.382.361,00	12.059.927.006,00	11.599.317.387,17	11.599.315.024,30	11.526.810.657,00	460.609.618,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.533.207.010,00	2.825.936.356,00	55.820.256.076,81	55.735.114.302,39	54.725.575.080,39	-52.994.319.720,81
DESPESAS DE CAPITAL	102.659.567,00	45.583.426,00	32.825.121,66	5.958.692,49	5.934.202,49	12.758.304,34
Investimentos	102.500.000,00	45.583.426,00	32.825.121,66	5.958.692,49	5.934.202,49	12.758.304,34
Inversões Financeiras	159.567,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	14.789.248.938,00	14.931.446.788,00	67.452.398.585,64	67.340.388.019,18	66.258.319.939,88	-52.520.951.797,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	14.789.248.938,00	14.931.446.788,00	67.452.398.585,64	67.340.388.019,18	66.258.319.939,88	-52.520.951.797,64
TOTAL	14.789.248.938,00	14.931.446.788,00	67.452.398.585,64	67.340.388.019,18	66.258.319.939,88	-52.520.951.797,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	212.344.612,20	155.823.785,59	101.465.121,84	101.150.526,34	83.201.514,84	183.816.356,61
Pessoal e Encargos Sociais	66.766.936,55	110.366,25	73.222,42	73.222,42	64.699.823,80	2.104.256,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	145.577.675,65	155.713.419,34	101.391.899,42	101.077.303,92	18.501.691,04	181.712.100,03
DESPESAS DE CAPITAL	11.255.115,31	48.625.605,20	45.625.518,59	45.436.752,98	4.569.993,11	9.873.974,42
Investimentos	11.255.115,31	48.625.605,20	45.625.518,59	45.436.752,98	4.569.993,11	9.873.974,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	223.599.727,51	204.449.390,79	147.090.640,43	146.587.279,32	87.771.507,95	193.690.331,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.535.360,48	661.690.349,58	655.225.034,05	247.868,65	18.752.807,36
Pessoal e Encargos Sociais	654.650,33	1.394.024,10	564.131,57	11.503,85	1.473.039,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.880.710,15	660.296.325,48	654.660.902,48	236.364,80	17.279.768,35
DESPESAS DE CAPITAL	289.806,40	582.926,35	640.054,00	2.253,23	230.425,52
Investimentos	289.806,40	582.926,35	640.054,00	2.253,23	230.425,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	12.825.166,88	662.273.275,93	655.865.088,05	250.121,88	18.983.232,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.089.222.080,39	968.188.390,38	Despesas Orçamentárias	67.452.398.585,64	62.392.344.793,12
Ordinárias	16.342.320,38	81.280.633,76	Ordinárias	3.255.606.263,54	3.370.288.544,12
Vinculadas	1.073.183.084,66	893.902.382,15	Vinculadas	64.196.792.322,10	59.022.056.249,00
Seguridade Social (Exceto RGPS)	15.269.060,74	15.104.254,28	Seguridade Social (Exceto RGPS)	63.027.154.970,98	57.802.020.829,28
Alienação de Bens e Direitos	30.900,00	40.971,00	Operação de Crédito	130.319.049,84	283.781.783,28
Previdência Social (RGPS)	2.949,86	1.566,21	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.039.318.301,28	936.253.636,44
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.057.880.174,06	878.755.590,66			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-303.324,65	-6.994.625,53			
Transferências Financeiras Recebidas	623.025.279.737,13	591.232.777.573,62	Transferências Financeiras Concedidas	557.026.282.530,84	528.781.212.565,23
Resultantes da Execução Orçamentária	609.478.694.144,84	558.828.726.765,96	Resultantes da Execução Orçamentária	544.149.222.021,44	500.520.347.482,56
Repasse Recebido	595.952.581.174,59	545.306.194.773,19	Repasse Concedido	530.623.109.051,19	486.993.068.190,18
Sub-repasse Recebido	13.526.112.970,25	13.493.396.525,32	Sub-repasse Concedido	13.526.112.970,25	13.493.396.525,32
Repasse Devolvido		23.682.145,96	Repasse Devolvido		28.429.445,57
Sub-repasse Devolvido		5.453.321,49	Sub-repasse Devolvido		5.453.321,49
Independentes da Execução Orçamentária	13.546.585.592,29	32.404.050.807,66	Independentes da Execução Orçamentária	12.877.060.509,40	28.260.865.082,67
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.849.676.765,38	27.933.740.773,39	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.771.592.825,53	26.143.117.288,24
Demais Transferências Recebidas	614.719.084,26	2.421.090.257,35	Demais Transferências Concedidas	72.469,40	539.464,37
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.082.189.742,65	884.872.265,48	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.105.395.214,47	952.860.818,62
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.164.347.511,44	Movimentações para Incorporação de Saldos		1.164.347.511,44
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.291.103.000,75	929.578.493,66	Despesas Extraorçamentárias	829.842.777,63	3.120.737.603,91
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.082.068.079,30	661.890.481,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	655.865.088,05	1.784.176.610,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	112.010.566,46	204.449.390,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	146.587.279,32	138.877.444,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	97.022.847,09	63.116.620,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	27.390.410,26	32.956.075,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.507,90	122.000,51	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.164.727.473,90
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.490,40		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.885,32
Restituições a Pagar		585,00	Demais Pagamentos		1.164.725.588,58
Passivos Transferidos		111.940,08			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	17,50	5,92			
Arrecadação de Outra Unidade		9.469,51			
Saldo do Exercício Anterior	911.607.506,25	2.075.358.010,85	Saldo para o Exercício Seguinte	1.008.688.430,41	911.607.506,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	911.607.506,25	2.075.358.010,85	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.008.688.430,41	911.607.506,25
TOTAL	626.317.212.324,52	595.205.902.468,51	TOTAL	626.317.212.324,52	595.205.902.468,51



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão¹ das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Por sua vez, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

¹ Cisão no âmbito do SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Tabela 1 - Relação das despesas de EPU e LOAS

R\$ milhares

Origem Orç.	Natureza Despesa Detalhada	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017	2016	AV(%) 2016
	Complem. aposent. - pes. Civil	537.881.561,94	0,98	(13,47)	621.583.874,85	1,25
	Complem. pensões - pessoal civil	483.246.816,68	0,88	(13,75)	560.262.372,54	1,13
	Pensões vitalícias de seringueiros	233.891.751,04	0,43	1,69	230.012.176,79	0,46
	Pensões das vítimas hanseníase	109.582.416,08	0,20	3,98	105.391.150,26	0,21
	Pensões de anistiados políticos	90.246.696,66	0,17	(0,54)	90.741.169,46	0,18
EPU	Pensões da síndrome talidomida	32.502.487,49	0,06	0,46	32.354.315,62	0,07
	Pensões graciosas/indeniz. leis específ	1.447.749,44	0,00	(8,35)	1.579.671,81	0,00
	13º sal. – pens.civil – enc. Prev.União – EPU	1.043.076,45	0,00	(4,97)	1.097.633,11	0,00
	Pensões vítimas hemodiálise- caruaru	601.061,45	0,00	3,48	580.859,07	0,00
	13º sal.- pess. civil – enc. Prev.União - EPU	24.376,45	0,00	(21,04)	30.871,53	0,00
	Salário-família inativo civil	365,25	0,00	2,31	357,00	0,00
Total EPU		1.490.468.358,93	2,73	(9,32)	1.643.634.452,04	3,31
	Benefício ao deficiente	28.734.621.847,60	52,62	12,15	25.620.615.375,85	51,64
LOAS	Benefício ao idoso	22.923.337.656,46	41,98	10,28	20.786.794.822,40	41,90
	Renda mensal vitalícia - invalidez	1.250.179.197,78	2,29	(4,25)	1.305.714.454,02	2,63



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Renda mensal vitalícia - idade	211.293.553,69	0,39	(16,56)	253.213.313,75	0,51
Total LOAS	53.119.432.255,53	97,27	10,74	47.966.337.966,02	96,69
Total Geral	54.609.900.614,46	100,00	10,08	49.609.972.418,06	100,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal de 1988 - CF, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF-1988, o qual estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPUs são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões, decorrentes de leis específicas, conforme discriminado na tabela 1.

As quantidades de créditos pagos no exercício de 2017, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminados na tabela a seguir.

Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS

R\$ milhares

Discriminação	Quantidade				Total	Média Mensal
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.		



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

LOAS	13.703.207	13.791.304	13.882.480	13.992.345	55.369.336	4.614.111
Rede Ferroviária	128.698	127.115	124.739	122.844	503.396	41.950
Hanseníase	18.308	18.128	17.937	17.781	72.154	6.013
ECT	15.636	15.504	15.180	15.062	61.382	5.115
Talidomida	3.129	3.152	3.176	3.205	12.662	1.055
Estatutário	2.698	2.655	2.594	2.556	10.503	875
Anistiados	1.984	1.966	1.912	1.870	7.732	644
Hemodiálise - Caruaru	165	163	160	154	642	54
Total	13.873.825	13.959.987	14.048.178	14.155.817	56.037.807	4.669.817

Fonte: DATAPREV – Nota Técnica, janeiro a dezembro/2017.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Órgão 55000, e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio da Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do FRGPS são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 para a Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS, por repasse, no exercício financeiro de 2017.

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários

R\$ milhares

Tipo de Fonte	Código Fonte	Fonte Recursos	Valor
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	44	Títulos de responsabilidade do Tesouro nacional	49.384.835.251,00
	88	Remuneração das disponibil. do Tesouro Nacional	48.008.929.642,00
Subtotal			97.393.764.893,00
	00	Recursos ordinários	84.664.204.698,04
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	51	Contribuição social s/ o lucro das pessoas jurídicas	10.562.795.175,84
	69	Contrib. patronal p/ plano de seguridade social servidor	1.032.975.980,00
	56	Contribuição plano seguridade social servidor	684.683.537,00
	18	contribuições sobre concursos de prognósticos	516.602.887,49
Subtotal			97.461.262.278,37
Total Geral			194.855.027.171,37

Fonte: SIAFI, 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.771 (um mil setecentos e setenta e uma) Agências da Previdência Social - APS². A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS e, para isso, o INSS possui uma estrutura composta de bens móveis e imóveis para atendimento da clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

Durante o exercício financeiro, o INSS desenvolveu ações com o objetivo de fortalecer a inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário, o fortalecimento da sustentabilidade dos regimes previdenciários, a melhoria da qualidade dos seus serviços, bem como o aumento da eficiência da força de trabalho e a qualificação da gestão dos Benefícios de Prestação Continuada - BPC. Os objetivos desenvolvidos no INSS durante o exercício financeiro de 2017 foram:

- 0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário;
- 0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários;
- 0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários;
- 0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e concedê-lo à pessoa idosa e com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF; e
- 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado, por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.

A Tabela 4 demonstra os valores pagos no exercício financeiro de 2017, dividido por objetivos dos programas.

² Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Tabela 4 - Valores pagos por Objetivos dos Programas

	R\$ milhares
Objetivos dos Programas	Total Pago
0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.	140.723.988,14
0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.	1.544.226.891,09
0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.	21.849.247,34
0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e concedê-lo à pessoa idosa e com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços sócio assistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF.	52.831.530.496,82
1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado, por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.	4.391,82
Total Geral	54.538.335.015,21

Fonte: SIAFI e SIOP.

Cada objetivo está relacionado com uma ação. A tabela 5 evidencia as ações realizadas pelo INSS no exercício financeiro de 2017, juntamente com os objetivos do programa.

Tabela 5 - Valores pagos por Ação do Governo

		R\$ milhares	
Códigos - Objetivos Programa	Código Ação Governo	Ação Governo	Total Pago
	009K	Complementação de aposentadorias e pensões da extinta RFFSA	554.915.479,34
	00M1	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral	7.113.797,94
	00M4	Remuneração a agentes financeiros	1.305.951,49
	00OQ	Contribuições a organismos internacionais sem exigência de p.	160.639,67
Não de Aplica	0181	Aposentadoria e pensões civis da União	4.848.991.203,74
	0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	783.567.971,55
	09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	949.310.106,97
	2000	Administração da Unidade	98.223.533,66
	2004	Assistência Médica e odontológica aos servidores civis e empregados	158.479.966,38



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	18.569.609,46
2011	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares	40.563.203,40
2012	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares	193.272.302,37
20TP	Ativos Civis da União	4.858.555.890,34
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a agentes púb.	67.471,20
2674	Representação judicial e extrajudicial da União e suas Autarquias	1.185.826,43
4572	Capacitação de servid. Públ. Fed. - Processo de qualif..requalif.	8.154.338,10
Subtotal		12.522.437.292,04
20GN	Educação previdenciária e financeira	739.923,14
0250	20HT Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	283.320,32
2564	Gestão de cadastros para a previdência social	139.700.744,68
Subtotal		140.723.988,14
116V	Instalação de unidades de funcionamento do INSS	10.867.218,76
20EI	Funcionamento dos escritórios regionais da PREVIC	1.069.517,84
20HR	Gestão da informação corporativa na previdência social	668.243,61
2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	449.031.464,29
2294	Defesa judicial da previdência social básica	29.871.814,49
0251	2563 Gestão da melhoria contínua	4.237.197,15
2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	28.663.725,74
2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social	872.765.643,01
4405	Tele atendimento previdenciário	139.709.388,94
8869	Reformas e adaptações das unidades do INSS	7.342.677,26
Subtotal		1.544.226.891,09
0252	2562 Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos	3.920.425,66
2585	Serviço de reabilitação profissional	17.722.032,54



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

8426	Desmobilização de imóveis não operacionais do INSS	206.789,14
Subtotal		21.849.247,34
00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	23.002.649.939,06
0371	00IN Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	29.769.807.838,91
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	54.147.485,21
2589	Avaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada	4.925.233,64
Subtotal		52.831.530.496,82
1159	216Q Aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão de pessoas	29.769.807.838,91
Subtotal		29.769.807.838,91
Total Geral		67.060.772.307,25

Fonte: SIAFI e SIOP.

Cada ação empreendida pelo INSS, no exercício financeiro de 2017, foi implementada no Órgão para atingir um determinado objetivo.

Abaixo estão relacionadas as ações com seus respectivos objetivos:

- **009K** - Pagamento da complementação de aposentadorias, na forma da Lei Orgânica da Previdência Social, aos ferroviários admitidos até 31 de outubro de 1969 na Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.
- **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.
- **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

- **00M1** - Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, inclusive as despesas de transporte do corpo, quando o falecimento do servidor ou do militar em serviço ocorrer fora do local de trabalho, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.
- **00M4** - Remuneração pela operacionalização dos contratos celebrados com as instituições financeiras destinados ao atendimento de diversas políticas públicas.
- **00OQ** - Essa ação destina-se a agrupar todos os pagamentos de contribuições e anuidades a Organismos e Entidades internacionais abaixo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme estipulado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - LDO-2017.
- **0181** - Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- **0536** - Pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais.
- **09HB** - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- **116V** - Construção com ou sem aquisição de terrenos, ou aquisição de imóvel edificado para abrigar unidades de funcionamento do INSS, tanto voltadas ao atendimento quanto para aquelas utilizadas pela área administrativa. Promove a autonomia da infraestrutura do INSS onde o mesmo não dispõe de imóvel próprio ou adequado ao desenvolvimento das atividades de suas unidades de atendimento e/ou administrativas, para:



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

- a) reduzir a dependência do INSS em locação ou cessão de imóveis de terceiros, em face de esta constituir-se, na maioria das vezes, fator limitante da uniformização da melhoria do atendimento e ineficiência logística;
- b) elevar a garantia de continuidade dos serviços públicos previdenciários; e
- c) promover a modernização do ambiente de trabalho em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo: acessibilidade, padronização da instalação física e do mobiliário, segurança e conforto.
- **2000** - Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União agregando as despesas, as quais não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, que compreendem:
 - a) serviços administrativos ou de apoio;
 - b) manutenção e uso de frota veicular;
 - c) manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados;
 - d) despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos, contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão;
 - e) capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral;
 - f) despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins;
 - g) realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;
 - h) promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc;
 - i) produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; e
 - j) demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.
 - **2004** - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

- **2010** - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
- **2011** - Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **2012** - Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.
- **20EI** - Manutenção do funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC voltados à fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, para atender com qualidade seus usuários.
- **20GN** - Promoção da disseminação da cultura previdenciária, informando e conscientizando a sociedade sobre seus direitos e deveres com relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos trabalhadores e sua família.
- **20HR** - Implementação de políticas de gestão de informação corporativa por meio:
 - a) políticas de gestão da informação e documentação, que trata o Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA); e
 - b) políticas de segurança da informação e comunicações, que contemplam processos, pessoas, ambiente e tecnologia. Trata do gerenciamento e agilização na recuperação de informações e conteúdos, da otimização do processo de tomada de decisões e redução de ocorrência de extravios de informações. Esta atividade compreende todas as informações referentes às etapas dos processos de trabalho institucional, gerenciamento de documentos não digitais e digitais, o cuidado da vida informacional da organização, a gestão dos ativos de informação, promoção da



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

adequação da infraestrutura física e tecnológica e disseminação da cultura de gestão de informação corporativa.

- **20HT** - Essa ação consiste na manutenção e evolução do SIRC, que substituirá o Sistema de Controle de Óbito - SISOBI na captação de informações relativas a registros de nascimento e casamento, além de óbito, e possibilitará a maior segurança, confiabilidade na cessação, suspensão de benefícios pós-óbito, concessão de salário-maternidade e pensão. Ainda são realizadas despesas relativas à fiscalização dos cartórios de Registro Civil no que concerne ao cumprimento da obrigação não tributária, e orientação e padronização de procedimentos. Garante confiabilidade e segurança no recebimento e armazenamento de informações relativas aos registros de nascimento, casamento e óbito.
- **20TP** - Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
- **216H** - Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.

A Tabela 6 relaciona os principais grupos de contas do ativo, nos quais é possível observar a relevância dos subgrupos “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Imobilizado”, que correspondem a 30,16% e 50,59% do ativo total, no encerramento do exercício financeiro de 2017, respectivamente, face aos 23,55% e 56,76% dos mesmos Subgrupos constantes no encerramento do exercício financeiro de 2016.

Enquanto no Subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” houve um acréscimo de 44,00%, nos dois períodos comparados, no Subgrupo “Imobilizado” ocorreu apenas um acréscimo de 0,23% no mesmo período.

Tabela 6 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo

R\$ milhares

Grupo	Subgrupo	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017	2016	AV (%) 2016
Ativo Circulante	Caixa e equival.caixa	1.008.688.430,41	18,00	10,65	911.607.506,25	18,29
	Demais créd. e vr. cto. pzo.	1.690.362.235,17	30,16	44,00	1.173.889.424,20	23,55
	Estoques	30.703.003,76	0,55	0,81	30.456.375,85	0,61



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Var.Patr. Dimin. PG Antec.	22.562,03	0,00	(28,96)	31.759,48	0,00
Subtotal	2.729.776.231,37	48,70	29,01	2.115.985.065,78	42,45
Ativo realizável a lgo. pzo.	28.832.527,10	0,51	2,15	28.226.864,06	0,57
Ativo não Circulante					
Investimentos	10.934.553,13	0,20	0,00	10.934.553,13	0,22
Imobilizado	2.835.577.890,18	50,59	0,23	2.829.147.990,38	56,76
Subtotal	2.875.344.970,41	51,30	0,25	2.868.309.407,57	57,55
Ativo Total	5.605.121.201,78	100,00	12,46	4.984.294.473,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dentre as contas que compõem os subgrupos “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do INSS”, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios assistenciais, recebimento de valores por terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, dentre outros. Maiores detalhamentos acerca dessa conta podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 1.

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial, que são utilizados para a prestação de serviços à sociedade. Outras informações sobre o Imobilizado podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 2.

As obrigações do INSS são compostas por débitos com fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também de débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

A Tabela 7 relaciona os Subgrupos de contas que compõem o Passivo Circulante e Não Circulante.

Tabela 7 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Grupo	Subgrupo	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017	2016	AV(%) 2016
Passivo Circulante	Obrig. Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar - CP	1.708.205.830,76	30,48	77,79	960.795.273,70	19,28



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	359.680.623,66	6,42	26,54	284.239.685,14	5,70
	Obrigações fiscais a curto prazo	795.983,37	0,01	155,49	311.545,78	0,01
	Demais obrigações a curto prazo	221.406.120,56	3,95	176,28	80.139.303,30	1,61
Subtotal		2.290.088.558,35	40,86	72,77	1.325.485.807,92	26,59
Passivo não Circulante	Empréstimos e financiam. longo prazo	48.117.363.593,93	858,45	9,99	43.748.494.739,38	877,73
	Demais Obrigações a longo prazo	659.470,13	0,01	(4,68)	691.852,70	0,01
Subtotal		48.118.023.064,06	858,47	9,99	43.749.186.592,08	877,74
Patrimônio Líquido	Demais reservas	90,10	0,00	0,00	90,10	0,00
	Resultados acumulados	(44.802.990.510,73)	(799,32)	11,75	(40.090.378.016,75)	(804,33)
Subtotal		(44.802.990.420,63)	(799,32)	11,75	(40.090.377.926,65)	(804,33)
Total Passivo e Patr.Líquido		5.605.121.201,78	100,00	12,46	4.984.294.473,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No Grupo Passivo Circulante merece destaque, por sua relevância, o Subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”, detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Em referência ao Grupo Passivo Não Circulante, o Subgrupo “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo” merece destaque, o qual a Nota Explicativa nº 5 apresentará mais detalhes.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados³.

³ MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 7. ed. 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte⁴.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁵.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

⁴ Idem.

⁵ Idem.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

(b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até o término do exercício seguinte.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após o término do exercício seguinte.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber após o término do exercício social seguinte, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento até o término do exercício seguinte.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são compostos pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo e reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

O INSS apresentou um saldo de R\$ 1,690 bilhão em 2017, referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo “Demais Créditos e Valores de Curto Prazo” de 2016 e 2017.

Tabela 8 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	R\$ milhares		
Grupo 11.300.00.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Adiantamentos Concedidos	840.101.533,75	112.786.131,73	644,86
Créditos por Dano ao Patrimônio	526.630.392,01	732.876.676,55	(28,14)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.799.829,06	9.087.755,09	(14,17)
Outros Créditos a Receber e valores de Curto Prazo	330.744.103,20	330.625.947,23	0,04



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo	(14.913.622,85)	(11.487.086,40)	29,83
Total	1.690.362.235,17	1.173.889.424,20	44,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Do subgrupo acima, merece destaque os Adiantamentos Concedidos que representaram R\$ 840 milhões. A variação positiva de 644% dessa rubrica, entre 2016 e 2017, se deve ao Adiantamento de 13º Salário dos servidores do INSS reconhecido em 2017. A realização de baixa do adiantamento de 2017 em questão foi prontamente efetuada no exercício de 2018.

Outro subgrupo que merece destaque são os Créditos por Dano ao Patrimônio, que totalizou R\$ 526 milhões, distribuídos em três Subgrupos, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 9 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição

	R\$ milhares		
Subgrupo 11.340.00.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	526.405.007,04	522.121.207,86	0,82
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	-	210.666.800,22	(100,00)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Proc. Judicial	225.384,97	88.668,47	100,00
Total	526.630.392,01	732.876.676,55	(28,14)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio, 99% referem-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, os quais são compostos, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.

Já a variação negativa de 100%, apresentada entre 2016 e 2017, proveniente dos Créditos por Dano ao Patrimônio Apurados em TCE é justificada na Nota 02.

Nota 02 – Baixa de Sdo. Grupo 11.341.02.00 – Crédito por Dano ao Patr. Decisão TCU

Inicialmente, a Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional-CCONT/STN, por meio de mensagem SIAFI sob o nº 2017/1116047, informou a alteração da forma de contabilização de valores apurados em Tomada de Contas Especial – TCE. Em síntese, serão reconhecidos como ativos apenas os valores cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União - TCU, com imposição de débito ao responsável.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Dessa forma, foram baixados, na ordem de 210 milhões, os valores constantes no Grupo 11.341.02.00 – Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU em setembro de 2017. Logo, foram registrados os valores acima em contas do Grupo 89.732.00.00 – Diversos Responsáveis Apurados, conforme mensagem emitida pela CCONT/STN de nº 2017/1153156.

Assim, os registros nas contas do Grupo 89.732.00.00 – Diversos Responsáveis Apurados estão sendo avaliados e, conforme análise das Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especial – CPTCE, as decisões proferidas pelo TCU, nos processos encaminhados para julgamento, poderão ensejar em baixa e/ou registros nos Grupos 11.341.02.00 - Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU ou 12.121.05.00 - Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU.

Nota 03 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis e reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 2017, o INSS apresentou um saldo líquido de R\$ 2,835 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo do Imobilizado em 2016 e 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Tabela 10 - Imobilizado – Composição

R\$ milhares

Grupo 12.300.00.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	533.614.245,97	507.059.964,62	5,24
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(294.783.559,40)	(258.575.172,54)	14,00
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	2.596.747.203,61	2.580.674.502,27	0,62
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	(11.303,97)	(100,00)
Total Líquido	2.835.577.890,18	2.829.147.990,38	0,23

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Vale destacar a variação positiva de 14% ocorrida na depreciação entre 2016 e 2017. Explica-se pelo fato, do maior desgaste ou obsolescência dos itens patrimoniais em utilização, bem como a aquisição de novos bens pelas unidades do INSS.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em 2017, totalizaram R\$ 533 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhados na tabela a seguir.

Tabela 11 - Bens Móveis – Composição

R\$ milhares

Subgrupo 12.311.00.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	44.268.764,37	41.524.649,36	6,61
Bens de Informática	210.910.284,40	208.391.505,20	1,21
Móveis e Utensílios	225.558.426,33	204.058.322,99	10,54
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.080.279,38	13.343.564,80	(1,97)
Veículos	17.430.999,83	17.695.182,03	(1,49)
Armamentos	7.800,00	7.800,00	0,00
Demais Bens Móveis	22.357.691,66	22.038.940,24	1,45
Total	533.614.245,97	507.059.964,62	5,24

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 82% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral utilizados para fins administrativos.

Vale destacar um aumento de 10% apresentado na rubrica de móveis e utensílios, ocasionado por novas aquisições, que objetivaram atender as diversas atividades administrativas do Órgão.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que, futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central. Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores, dirigentes do INSS ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS em 2017 totalizaram R\$ 2,596 bilhões, contabilizados em grande parte no subgrupo 12.321.02.00 - Bens de Uso Especial e não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET.

A tabela abaixo demonstra a composição dos bens de uso especial, não registrados no SPIUNET de 2016 e 2017.

Tabela 12 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição

	R\$ milhares		
Subgrupo 12.321.02.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Imóveis Residenciais / Comerciais	285.436.078,27	292.188.891,42	(2,31)
Edifícios	2.005.192.614,19	1.937.700.408,66	3,48
Terrenos/Glebas	53.848.604,19	60.296.254,91	(10,69)
Armazéns/Galpões/Silos	10.637.270,12	10.666.944,33	(0,28)
Estacionamentos e Garagens	4.773.482,28	1.142.241,48	317,90
Lojas	27.579.218,87	26.314.390,85	4,81
Salas e Escritórios	22.405.318,80	25.284.645,44	(11,39)
Total	2.409.872.586,72	2.353.593.777,09	2,39

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Vale destacar a variação positiva apresentada de 317% na rubrica Estacionamentos e Garagens entre 2016 e 2017. Essa variação foi decorrente da reclassificação de Conta Contábil, “Terrenos/Glebas” para “Estacionamento e Garagens”, efetuada pela UG 510005/57202, conforme Inventário de Bens Imóveis do INSS 2017 – SGPI/WEB.

Depreciação

Todo o procedimento para a evidenciação da depreciação de Bens Móveis do INSS é baseado na Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 04 – Passivo Circulante

No exercício de 2017, constava no INSS saldo em aberto de R\$ 2.290.088.558,35 (dois bilhões, duzentos e noventa milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), referentes ao Passivo Circulante. A seguir, apresenta-se a tabela em subgrupo.

Tabela 13 - Passivo Circulante – Composição do INSS

		R\$ milhares		
Grupo	Subgrupo	dez/17	dez/16	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE	Obr. Trab, Prev. e Ass a Pag. Cto. Pzo.	1.708.205.830,76	960.795.273,70	77,79
	Fornecedores e Contas a Pag. Cto. Pzo.	359.680.623,66	284.239.685,14	26,54
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	795.983,37	311.545,78	155,49
	Demais Obrigações a Curto Prazo	221.406.120,56	80.139.303,30	176,28
Total		2.290.088.558,35	1.325.485.807,92	72,77

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

O Subgrupo Obrig Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar teve aumento de 77,79%, em relação ao exercício de 2016, tendo em vista ao registro de provisionamento de 13º Salário mensal, com acréscimo de 1.145,50%, em comparação ao mesmo período do ano passado na conta 21.111.01.02 - Décimo Terceiro Salário a Pagar com ISF ‘P’, sem o devido ajuste nos valores em dezembro de 2017. Informamos que o valor foi baixado em janeiro de 2018.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Os Subgrupos Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, no exercício de 2017, teve acréscimo de 26,54%, em relação ao mesmo período do ano passado devido, em grande parte, à falta de orçamento para atender todas as despesas de competência dezembro de 2017 e, com isso, houve registro de reconhecimento de passivo visando atender ao regime de competência.

O Subgrupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo teve aumento de 155,49%, devido a dois empenhos emitidos, com passivo anterior na UG 512060/57202, que totalizam o valor de R\$ 447.594,88 na conta 21.435.14.02 - Taxa pela Prestação de Serviços.

Por último, o Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo teve acréscimo de 176,28%, devido ao aumento do saldo da conta 21.891.36.01 - GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA em 164,94%, com relação ao mesmo período do ano passado, tendo em vista, que o acerto de contas do SISPAGBEN mensal não chega em tempo hábil para a regularização antes do fechamento contábil do mês e, conseqüentemente, no encerramento de exercício financeiro.

A tabela abaixo representa os valores das contas dos Subgrupos Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, segregados em Indicador de Superávit Financeiro – ISF com ISF ‘F’ (Financeiro), cujas despesas empenhadas e, na maioria das vezes, liquidadas e com ISF ‘P’ (Permanente), que são os registros do passivo (por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.

Tabela 14 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

R\$ milhares

Ano	ISF	Valor Total
2017	F	23.431.771,73
	P	336.248.851,93
2016	F	30.276.089,20
	P	253.963.595,94

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Dessa forma, houve uma diminuição de 22,6% nos valores com ISF ‘F’ no exercício de 2017, com relação ao mesmo período de 2016, e um acréscimo de 32,4% nos valores com ISF ‘P’, respectivamente.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

As tabelas a seguir apresentam os principais fornecedores do Órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social no exercício de 2017, segregados em ISF ‘F’ e ‘P’.

Tabela 15 - Fornecedores com ISF ‘F’

Fornecedores	ISF Lanç.	R\$ milhares
		Saldo Atual
00360305000104 - Caixa Econômica Federal	F	3.554.151,90
1077145000153 - Datametrica Contact Center Ltda.	F	2.789.391,47
42422253000101-Empresa de Tecnol. e Inform. da Prev. Social – DATAPREV	F	1.629.320,68
83876003000110 - Banco do Estado de Santa Catarina SA	F	727.011,43
Total		8.699.875,48

Fonte: SIAFI, 2017.

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira e segunda fase da despesa, ou seja, com emissão de empenho e, na maioria das vezes, já liquidadas, aguardando somente o pagamento da despesa.

O credor Caixa Econômica Federal representa 40,85 %, do total dos principais fornecedores a serem pagos no exercício, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Tabela 16 - Fornecedores com ISF ‘P’

Fornecedores	ISF Lançamento	R\$ milhares
		Saldo Atual
42422253000101 – Empr. de Tecn. e Inf. da Prev.Soc. – DATAPREV	P	318.157.885,05
58160789000128 - Banco Safra S A	P	5.195.215,25
07237373000120 - Banco do Nordeste do Brasil SA	P	2.323.088,57
92702067000196 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA	P	1.522.124,11
Total		327.198.312,98

Fonte: SIAFI, 2017.

Registros efetuados, em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador sem suporte orçamentário.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

O credor Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, prestadora de serviço de processamento de dados no âmbito do INSS, representa 97,23% do total dos principais fornecedores com registro de passivo, sem suporte orçamentário, ou seja, despesa a ser empenhada nesse exercício, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Nota 05 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.

Em 2017, o INSS apresentou um saldo de R\$ 48,118 bilhões de Passivo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Passivo Não Circulante de 2016 e 2017.

Tabela 17 - Passivo Não Circulante – Composição

R\$ milhares

Grupo 22.000.00.00	Dezembro/2017	Dezembro/2016	AH(%)
Empréstimo e Financiamentos a Longo Prazo	48.117.363.593,93	43.748.494.739,38	9,99
Demais Obrigações a Longo Prazo	659.470,13	691.852,70	(4,68)
Total	48.118.023.064,06	43.749.186.592,08	9,99

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

De acordo com a tabela acima, 99% do Saldo Contábil no Grupo Passivo Não Circulante, em 2017, é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação apresentada de 9,99% dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo em relação ao ano de 2016 e 2017 foi decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Nota 06 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IFs.

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se então o processo licitatório que culminou com anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IFs remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação do exercício de 2017:



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Tabela 18 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento - 2017

R\$ milhares

Código de Recolhimento	Valor
20029-8 – 1º Leilão	229.918.634,37
20042-5 – Estoque	73.753.383,35
20002-6 – 2º Leilão	710.204.304,77
Total	1.013.876.322,49

Fonte: SIAFI, 2017.

A tabela abaixo demonstra a arrecadação referente à receita do leilão por código de recolhimento dos anos de 2015 a 2017.

Tabela 19 - Receita do Leilão – Por Código de Recolhimento – 2015 a 2017

R\$ milhares

Código	2015	2016	2017
20029-8 – 1º Leilão	236.727.481,00	232.731.700,77	229.918.634,37
20042-5 – Estoque	69.006.779,00	72.655.896,05	73.753.383,35
20002-6 – 2º Leilão	138.628.976,00	425.361.795,89	710.204.304,77
Total	444.363.236,00	730.749.392,71	1.013.876.322,49

Fonte: SIAFI, 2015, 216 e 2017.

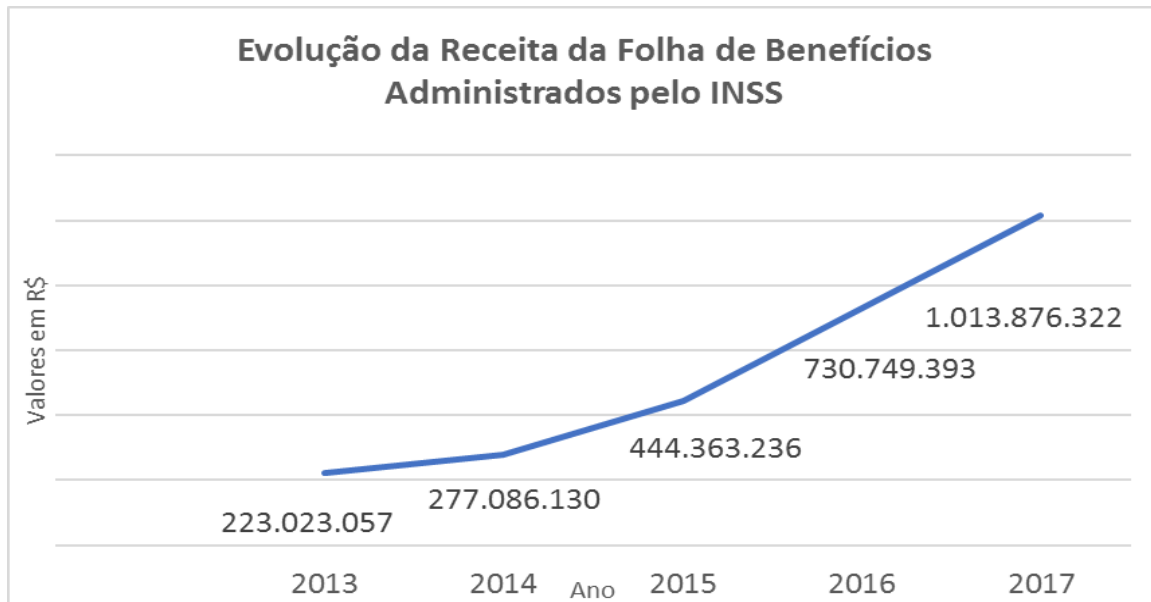
Segue abaixo gráfico do crescimento da receita dos últimos 05 (cinco) anos.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

Gráfico 01 - Evolução da Receita da Folha de Benefícios -INSS-2012 a 2017



Nota 07 – Restos a Pagar

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar são despesas empenhadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído no exercício financeiro correspondente.

Restos a Pagar Não Processados em Liquidação são despesas empenhadas em que o credor forneceu os bens ou prestou o serviço, contudo a entrega do bem ou serviço se encontram na fase de análise e conferência.

Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas e liquidadas cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços já ocorreu aguardando somente o pagamento.

A tabela abaixo abrange a inscrição e reinscrição dos valores de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados do INSS com execução no exercício financeiro de 2017 em comparação ao ano de 2016.



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Exercício de 2017

Tabela 20 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar

R\$ milhares

Grupo da despesa	Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos - 2017	Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos - 2016	AH(%)	Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos - 2017	Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos - 2016	AH (%)
1 - Pessoal e Enc. Sociais	66.877.302,80	139.112.115,93	(51,93)	2.048.674,43	1.396.515,81	46,70
3 - Outras Despesas Correntes	301.291.106,68	218.949.703,58	37,61	672.177.035,63	1.793.598.679,70	(62,52)
4 - Investimentos	59.880.720,51	26.445.994,39	126,43	289.806,40	2.394.660,31	(87,90)
5 - Inversões Financeiras	0,00	227.000,00	(100,00)	0,00	0,00	
Total	428.049.129,99	384.734.813,90	11,26	675.098.442,81	1.797.389.855,82	(62,44)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No montante dos Restos a Pagar Não Processados constam o valor de R\$ 204.449.390,79 inscritos no exercício financeiro de 2016, sendo executado no exercício de 2017 e o valor de R\$ 223.599.739,20 reinscritos, ou seja, inscritos em anos anteriores. Os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 662.273.275,93 (executado no exercício de 2017) e o valor de R\$ 12.825.166,88 correspondem aos Restos a Pagar Processados reinscritos.

A tabela abaixo abrange a execução dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação, por Grupo de Despesa, no exercício de 2017 em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 21 - Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

Grupo da despesa	Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação - 2017	Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação - 2016	AH (%)	Restos a Pagar Não Processados Pagos - 2017	Restos a Pagar Não Processados Pagos - 2016	AH (%)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.104.256,58	66.766.936,55	(96,85)	73.222,42	72.330.464,03	(99,90)



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Exercício de 2017

3 - Outras Despesas Correntes	181.397.504,53	145.577.687,34	24,61	101.077.303,92	58.365.617,64	73,18
4 - Investimentos	9.685.208,81	11.255.115,31	(13,95)	45.436.752,98	7.954.362,36	471,22
5 - Inversões Financeiras					227.000,00	
Total	193.186.969,92	223.599.739,20	(13,60)	146.587.279,32	138.877.444,03	5,55

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Os Restos a Pagar não Processados a Liquidar de 2017 representam o valor de R\$ 192.771.097,67 do montante total e o valor dos restos a pagar não processados em liquidação é de R\$ 415.872,25.

A execução dos Restos a Pagar não Processados no exercício de 2017 foi de 34,24%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor cancelado foi de R\$ 87.771.507,95.

A tabela abaixo abrange os Restos a Pagar no exercício de 2017, por Grupo de Despesa, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 22 - Restos a Pagar Processados

Grupo da despesa	R\$ milhares					
	Restos a Pagar Processados a Pagar - 2017	Restos a Pagar Processados a Pagar - 2016	AH (%)	Restos a Pagar Processados Pagos - 2017	Restos a Pagar Processados Pagos - 2016	AH (%)
1- Pessoal e Encargos Sociais	1.473.039,01	654.650,33	125,01	564.131,57	736.483,62	(23,40)
3 - Outras Despesas Correntes	17.279.768,35	11.880.710,15	45,44	654.660.902,48	1.781.385.783,57	(63,25)
4 - Investimentos	230.425,52	289.806,40	(20,49)	640.054,00	2.054.343,52	(68,84)
Total	18.983.232,88	12.825.166,88	48,02	655.865.088,05	1.784.176.610,71	(63,24)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A execução dos restos a pagar processados no exercício de 2017 foi de 97,15%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor de RP Processados Cancelados foi de R\$ 250.121,88.